



# PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
36ª Câmara de Direito Privado

**Registro: 2016.0000490262**

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0016271-37.2012.8.26.0011, da Comarca de São Paulo, em que é apelante/apelado TRANSPPASS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA, são apelados/apelantes SILÉIA DA SILVA BAIA QUEIROZ (JUSTIÇA GRATUITA) e PATRÍCIA BAIA DE QUEIROZ VIEIRA (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso da ré, ficando prejudicado o das autoras. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores JAYME QUEIROZ LOPES (Presidente) e PEDRO BACCARAT.

São Paulo, 14 de julho de 2016.

**Arantes Theodoro**

**RELATOR**

Assinatura Eletrônica



# PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

36ª Câmara de Direito Privado

**APELAÇÃO**

0016271-37.2012.8.26.0011

**APELANTES**

Transpass Transporte de Passageiros Ltda.

**APELADOS**

Sileia da Silva Baia Queiroz e outro

**COMARCA**

S. Paulo - F.R. de Pinheiros - 5ª Vara Cível

## VOTO Nº 29.958

**EMENTA — Acidente de trânsito.**

**Atropelamento em via pública. Ação de indenização por danos morais. Dinâmica do acidente controvertida. Testemunha ocular que revelou quadro diverso do alegado pelas autoras e ajustado à versão do motorista. Ausência de elementos que infirmem tal depoimento. Pleito que não comportava acolhimento. Apelação da ré provida, prejudicada a das autoras.**

Sentença cujo relatório se adota julgou parcialmente procedente ação indenizatória aforada por irmã e por sobrinha de vítima fatal de atropelamento.

Ambas as partes recorrem.

A ré insiste no desacolhimento do pleito das autoras ao argumento de não estar configurada a culpa de seu funcionário pelo acidente.

Assim, ela assevera que referido motorista não realizou nenhuma manobra abrupta, dirigia o ônibus em baixa velocidade e na sua correta mão de direção, tendo o atropelamento ocorrido porque a vítima, distraída, invadiu o leito carroçável olhando para o sentido oposto ao do veículo.



As autoras, de seu turno, em recurso adesivo postulam elevação da indenização concedida para a irmã da vítima e a extensão dessa condenação à sobrinha, isso ao argumento de que se cuidava igualmente de parente e sofreu abalo moral consequente à morte da vítima.

De outro lado as recorrentes dizem não se justificar o reconhecimento da sucumbência recíproca, eis que uma delas obteve a indenização, ainda que em valor inferior ao postulado na petição inicial.

Recursos regularmente processados e respondidos.

Em face da prevenção deles não conheceu a 30ª Câmara de Direito Privado, o que motivou a redistribuição dos autos após mal sucedida interposição de recursos especial e extraordinário.

### **É o relatório.**

Cuidava-se aqui de ação indenizatória por danos morais aforada por irmã e sobrinha de pedestre morta em razão de atropelamento por veículo de transporte coletivo de passageiros.

Segundo a petição a vítima estava atravessando a rua pela faixa de pedestres quando o ônibus da empresa ré passou em velocidade incompatível com o local e a colheu, causando-lhe lesões que cerca de um mês depois a levaram à morte.

Em contestação a demandada alegou terem os



fatos se passado de modo diverso.

Assim, ela asseverou que o motorista conduzia o veículo em velocidade compatível com o local e foi surpreendido pela vítima, já que ela desceu à pista fora da faixa de pedestres e em meio aos veículos, vindo de encontro ao ônibus.

A isso a contestante acrescentou que nem se achava comprovado o nexó entre a morte e as lesões ocasionadas pelo acidente, eis que o falecimento se deu um mês depois e tivera como causa infecção hospitalar.

Certo, portanto, que a fundamental controvérsia entre as partes dizia respeito à própria dinâmica do acidente, à vista da qual se havia de aferir a culpa dos envolvidos.

E consoante previa o artigo 333 inciso I do então vigente Código de Processo Civil cabia às autoras dar prova de que os fatos se passaram conforme elas alegaram na petição inicial, isto é, que o acidente ocorreu por culpa do motorista, eis que essa a assertiva na qual fundaram a propositura.

Ora, a realização de perícia no local do evento ficara prejudicada (fls. 41) e os documentos acostados à inicial conspiravam contra as autoras, eis que eles traziam a versão pessoal do motorista e de uma testemunha, ambas no sentido informado pela contestante (fls. 37, 38 e 41).

As autoras alegaram, é verdade, que o disco do tacógrafo juntado pela demandada provava que durante seu percurso o ônibus ultrapassou a velocidade de 50 km por hora.

No entanto, a aludida peça não permitia aferir a



velocidade do ônibus no momento do acidente.

De mais a mais, segundo a petição inicial a culpa do motorista a rigor não decorria da superação da velocidade máxima permitida naquela via, mas da alegação de que o motorista “*deixou de reduzir a velocidade do veículo ao aproximar-se do cruzamento*”, isto é, “*ao se deparar com a vítima atravessando a rua*” (fls. 4).

As testemunhas chamadas pela autora a juízo nada souberam informar sobre o ocorrido e nem as próprias requerentes puderam revelar como os fatos se passaram (fls. 204 a 208).

Em contrapartida, o motorista reafirmou a versão prestada à autoridade policial (fls. 244) e a única testemunha presencial identificada assim também o fez, tendo informado que o ônibus não estava em velocidade elevada e que a pedestre fora colhida fora da faixa de segurança e quando cruzava a rua na diagonal (fls. 209).

Forçoso reconhecer, pois, que o conjunto probatório não beneficiava as autoras, já que dele não se podia extrair conclusão no sentido de que o motorista dera causa ao atropelamento.

Sob tal quadro inevitável se mostrava julgar improcedente a ação indenizatória, o que agora ocorre, passando as autoras a suportar as custas do processo e os honorários de advogado, estes arbitrados em R\$ 2.000,00 nos termos do § 4º do artigo 20 do então vigente Código de Processo Civil, observada a gratuidade processual de que gozam.

Em suma, dá-se provimento ao recurso da ré, ficando prejudicado o das autoras.

(assinado digitalmente)

**ARANTES THEODORO**

Relator